



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
Secretaria de Governo e Relações Institucionais
Coordenação Técnica De Apoio Institucional

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para aquisição/confecção de Bandeira Nacional, com os devidos complementos, e mastro para a bandeira, em atendimento a solicitação da Junta de Serviço Militar de Angra dos Reis, através do Ofício nº 08/144/JSM/2024, que tem como anexo o Ofício nº 39-PRM Resende-RJ/AMAN, sendo complementado pelo Ofício nº 09/144/JSM/2024.

2. OBJETIVO/JUSTIFICATIVA

2.1 - Justifica-se a presente contratação a fim de atender os Itens IX e X do Art. 17. das Normas Técnicas para funcionamento das Juntas de Serviço Militar, tendo em vista que a responsabilidade de instalação e manutenção da J.S.M é do Município Administrativo, conforme Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar.

3. INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

3.1 - O princípio da publicidade é um vetor da Administração Pública, e diz respeito à obrigação de dar publicidade dos atos oficiais, contratos e instrumentos jurídicos, proporcionando transparência ao serviço público e conferindo a garantia ao cidadão do acesso à informação, possibilitando o pleno exercício de controle sobre os atos da Administração Pública, que deve representar o interesse público.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - O serviço a ser contratado possui natureza de serviço não continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.2 - A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E DA SUA EXECUÇÃO

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	01	UND.	<p>01 (um) kit Brasil para Juramento à Bandeira contendo 03 (três) peças, sendo:</p> <p>* 01 (uma) Bandeira Nacional com a seguinte dimensão: Comprimento: 1,28 m (um vírgula vinte e oito metros); Largura: 0,90 m (zero vírgula noventa metros).</p> <p>A Bandeira Nacional não deverá possuir quaisquer enfeites, ficando proibido adorná-la com ornamentos ou adereços, tais como franjas e outros detalhes quaisquer. (conforme disposto no Of. nº 39-PRM Resende-RJ/AMAN e no Of. o nº 09/144/JSM/2024, em anexo);</p> <p>* 01(um) mastro medindo 2,12 m, forrado de veludo verde, carregado em espiral de veludo dourado, com lança niquelada e conto niquelado. (conforme disposto no Of. nº 39-PRM Resende-RJ/AMAN e no Of. o nº 09/144/JSM/2024, em anexo);</p> <p>* 01 (uma) base suporte em madeira maciça para o mastro da bandeira, medindo 30cm de comprimento, 19,5 cm de largura, 10,5 cm de altura e 28 mm de diâmetro. (conforme disposto no Of. nº 39-PRM Resende-RJ/AMAN e no Of. o nº 09/144/JSM/2024, em anexo).</p>

2	01	UND.	<p>01 (um) kit Brasil para parede, com 1,50m de altura, contendo 03 (três) peças, sendo:</p> <p>* 01 (uma) Bandeira Nacional modelo Stampo Oficial medindo 1,00 x 0,70m, conforme normas ABNT NBR 16286:2019 e ABNT NBR 16287:2019, em tecido Qualiflag 100% poliéster, com fio de alta resistência, tarja reforçada na cor branca e ilhoses em latão cromado. (conforme disposto no Of. nº 39-PRM Resende-RJ/AMAN e no Of. o nº 09/144/JSM/2024, em anexo);</p> <p>* 01 (um) mastro em alumínio com 1,50m de altura e diâmetro de 28mm, com ponteira modelo bola, dividido em (03) partes: roscas de encaixe em nylon de alta resistência na cor branca, com 12cm ; 02 (duas) presilhas para fixação nos ilhoses da Bandeira ; ponteira bola com 08cm de altura em ABS cromado. (conforme disposto no Of. nº 39-PRM Resende-RJ/AMAN e no Of. o nº 09/144/JSM/2024, em anexo);</p> <p>* 01 (um) suporte de ferro zincado, composto por 02 (duas) peças para fixação, para inclinação aproximada de 30º a 40º. (conforme disposto no Of. nº 39-PRM Resende-RJ/AMAN e no Of. o nº 09/144/JSM/2024, em anexo).</p>
---	----	------	--

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024.

Unidade Orçamentária (UO): 2001

Programa de Trabalho (PT): 04.122.0204.2002

Fonte de Recursos (FR): 15000000

Natureza da Despesa (ND): 33903050 e 44905242

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1 - FORMA DE EXECUÇÃO

7.1.1. O objeto solicitado deverá ser entregue na Praça Nilo Peçanha, 186 – CENTRO, Angra dos Reis, RJ, no período compreendido entre 9h e 16h, de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, estaduais e municipais.

7.1.2. O prazo de execução do serviço será de 10 (DEZ) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria de Governo e Relações Institucionais.

7.2 - VALIDADE DA PROPOSTA

7.2.1. O prazo de validade será de **60 (sessenta) dias**, da data de entrega da proposta.

7.3 - GARANTIA

7.3.1. O prazo será do fabricante, não podendo ser inferior ao da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 do Código de defesa do Consumidor.

7.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento/material em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

7.3.3. Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, nos padrões de qualidade iguais ou superiores aos mencionados neste TERMO.

7.3.4. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição do que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do item no local mencionado neste TERMO DE REFERÊNCIA pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.

7.4 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

7.4.1 - A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental no fornecimento dos materiais conforme previsto no artigo 144 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.2 - No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis. Além disso, devem cumprir, no que couber, as exigências:

- a. Da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;
- b. Do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;

c. Da Portaria N° 170, de 10 de abril de 2012 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO;

d) Do Decreto N° 7.174, de 12 de maio de 2010.

8. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1 - A contratada deverá entregar a Nota Fiscal e a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista para que os fiscais possam atestar e encaminhar para pagamento, no ato de entrega do material solicitado.

8.2 - O atesto da Nota Fiscal será realizado pelo Fiscal do contrato que será responsável pelo acompanhamento da execução.

8.3 - O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.4 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Gestor do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Manter durante todo o fornecimento do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

9.2 - Fornecer os materiais de forma condizente ao objeto solicitado promovendo por sua conta despesas de transporte e tributos de qualquer natureza, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega, resguardando a máxima qualidade e quantidade necessária, sempre em conformidade com as especificações deste Termo.

9.3 - Dispor de veículo necessário e adequado para o transporte, bem como, de carregadores para a descarga dos materiais no local de entrega.

9.4 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do CONTRATANTE.

9.5 - Respeitar o prazo de entrega, bem como, cumprir todas as demais exigências impostas neste Termo.

9.6 - Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante o fornecimento dos materiais, respondendo por si e por seus sucessores.

9.7 - Responsabilizar-se por quaisquer materiais entregues, que se encontrar com defeito de fabricação, fora das especificações deste Termo e diferentes das cotadas em sua proposta de preços, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da notificação da Secretaria-Executiva de Chefia de Gabinete.

9.8 - Comunicar o CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1 – Promover o acompanhamento e fiscalização durante o fornecimento do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas da CONTRATADA.

10.2 – Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado neste Termo.

10.3 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo.

10.4 – Expedir a Ordem de Serviço por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA.

10.5 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, para o fiel cumprimento das obrigações.

10.6 – Notificar a CONTRATADA, caso constate que as características básicas não correspondem às exigências do presente termo, que providenciará a correção, no prazo de 10 (dez) dias, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

11. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

11.1 - A Fiscalização e o Gerenciamento da contratação caberá a funcionário formalmente designado pela Secretaria de Governo e Relações Institucionais, que determinará o que for necessário para o cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, bem como a regularização de faltas, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto, bem como o **Decreto Municipal nº 13.360/2023**, que versa sobre fiscalização de contratos, quando forem pertinentes a contratação.

11.2 - Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para a Secretaria de Governo e Relações Institucionais ou modificação da contratação.

11.3 - As decisões que ultrapassem a competência do fiscal da Secretaria de Governo e Relações Institucionais deverão ser comunicadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

11.4 - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade.

11.5 - A existência e a atuação da fiscalização, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Secretaria de Governo e Relações Institucionais ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará em corresponsabilidade da Secretaria de Governo e Relações Institucionais ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato à Secretaria de Governo e Relações Institucionais, dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

12. PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da Nota de Liquidação, sendo essa condicionada à apresentação do documento de cobrança na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA.

12.2 - A Administração reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento, se os serviços executados

estiverem em desacordo com as especificações constantes do Edital.

13. DO PROCEDIMENTO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS/RJ

13.1 - A Licitante vencedora fica obrigada a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFSe, para pagamento do objeto desta licitação (que está sujeito à tributação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS), devendo, para isso, as empresas que não tenham sede no Município de Angra dos Reis providenciar, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da assinatura da expedição da Nota de Empenho, o “Cadastro Mobiliário de Contribuintes” – CMC, mediante acesso ao sistema informatizado da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Angra dos Reis/RJ, telefone (24) 3365-4259, disponibilizado no endereço eletrônico: <https://www.spe.angra.rj.gov.br/nfse/senhaweb/login.aspx>, de acordo com o disposto no Art. 1º, do Decreto Municipal nº 7.725 de 04 de janeiro de 2011 e Art. 5º, do Decreto Municipal nº 8.162 de 15 de dezembro de 2011.

14. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Elaborador do Termo de Referência

Nome: Jaqueline Ferreira de Araujo

Cargo: Coordenadora Técnica de Apoio Institucionais

ID Funcional: 32365

15. DA VIGÊNCIA

15.1 - O prazo de vigência da contratação será disposto na Ordem de Serviço, obedecido ao disposto no caput do art. 105, da Lei 14.133/2021;

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

16.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato;

- 16.1.3. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.1.4. der causa à inexecução total do contrato;
- 16.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 16.1.6. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 16.1.7. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 16.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 16.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 16.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.2.4. **Multa:**
- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- b) O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021. c. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 16.3. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 16.4. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 16.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 16.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 16.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 16.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 16.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

16.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, (art. 14 da Lei 14.133/2021):

I - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

Jaqueline Ferreira de Araujo
Coordenadora Técnica de Apoio Institucional
Mat.: 32365

Aprovo,

Flávia Teles de Souza
Secretária Executiva de Chefia de Gabinete
Mat.: 3327

Angra dos Reis, 24 de outubro de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Ferreira De Araujo**, **Coordenadora Técnica**, em 24/10/2024, às 10:01, conforme Capítulo III, Art. 7º do Decreto nº 13.367 de 03 de janeiro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA TELES DE SOUZA**, **Secretária Executiva**, em 24/10/2024, às 17:12, conforme Capítulo III, Art. 7º do Decreto nº 13.367 de 03 de janeiro de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://angra.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00132182** e o código CRC **1D1F3D3E**.

Referência: Processo nº SEI-2024-11001128

SEI nº 00132182

Praça Nilo Peçanha, 186, - Bairro Centro, Angra dos Reis/RJ, CEP 23900-901
Telefone: